

CONCENTRAÇÃO

7 Julho
10h
Lg. Camões
LISBOA

Não
à privatização
da água e dos resíduos

**É URGENTE
LUTAR!**

A venda da EGF e a «reestruturação» da Águas de Portugal põem em causa os postos de trabalho, os direitos sociais, a qualidade dos serviços e atingem gravemente as populações.

A experiência já demonstrou que a privatização dos serviços públicos essenciais ameaça os direitos humanos fundamentais.

É tarefa de todos lutar para derrotar este caminho, assegurar o controlo democrático destes serviços, o bem-estar das populações e a valorização e dignificação dos trabalhadores.

EM DEFESA DA AdP/EGF PÚBLICAS
público é de todos, privado é só de alguns

Prosseguindo a sanha privatizadora, o governo PSD/CDS, em conluio com o Presidente da República, avançou com a privatização da EGF, para o consórcio Mota-Engil, impondo a formação de um monopólio privado de resíduos sem paralelo na Europa, e fez publicar recentemente os diplomas de reorganização do grupo Águas de Portugal (Decretos-Lei n.º 92/2015, D.L93/2015 e D.L 94/2015), que determinam a fusão dos actuais sistemas multimunicipais e a criação de três novas megaempresas: a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, cuja gestão será delegada na EPAL, a Águas do Norte e a Águas do Centro-Litoral.

Alega o governo, depois de ter encerrado centenas de serviços públicos no interior, que tais medidas permitem ganhos de eficiência e corrigir desigualdades entre litoral e o interior. Nada mais falso! O verdadeiro objectivo é entregar estes serviços públicos estratégicos e rentáveis à lógica privada, privatizar os lucros e socializar os custos. Criar um mercado onde deve prevalecer o interesse público, o bem-estar dos cidadãos e a salvaguarda de bens essenciais à vida, como é a água.

O objectivo é desvalorizar o trabalho e os trabalhadores, transformar os cidadãos com direitos, em clientes com necessidades, que se satisfazem no mercado, cujo acesso aos serviços dependerá da sua capacidade económica.

Como a experiência das privatizações comprova, a entrega destes serviços aos grupos privados deixará o país mais dependente e mais pobre e prejudicará gravemente as populações!



**Comissão
Trabalhadores
EPAL**

**Em defesa da gestão pública, democrática
e de qualidade da água e dos resíduos**

TRABALHADORES AMEAÇADOS

Para além das graves implicações económicas e sociais, estes processos têm igualmente fortes consequências para os trabalhadores.

As fusões não criam empregos. No caso da «reestruturação da água», os estudos de viabilidade apontam mesmo para a redução do número de trabalhadores, como é o caso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo que prevê uma diminuição de 234 trabalhadores ao longo da concessão.

A privatização também não. O objectivo dos privados é a maximização do lucro, sejam quais forem as consequências: laborais, sociais, económicas ou ambientais.

Sabe-se aliás que a proposta da SUMA/Mota-Engil aponta para a fusão das empresas de resíduos num horizonte de cinco anos e um excedente de recursos humanos de 25%, ou seja, a previsível destruição de 460 postos de trabalho na EGF.

E quer na venda da EGF, quer no processo de «reestruturação das águas», não há nenhuma garantia efectiva de manutenção dos direitos e defesa dos postos de trabalho.

PREÇOS AUMENTADOS

A propaganda do governo tem-se esforçado em garantir que os impactos nas tarifas estão acautelados. Outra falsidade! No caso dos lixos, os aumentos previstos podem ascender a cerca de 25%. Na água o resultado será um aumento generalizado das tarifas em todo o País. No litoral, como resultado da fusão de sistemas multimunicipais, e no interior, como consequência das imposições do Regulador, a ERSAR, para a recuperação integral dos custos o que, tendo em conta que a maioria dos sistemas do interior são deficitários, levará a que a maioria destes municípios tenha de subir as tarifas, em alguns casos, bem mais do que no litoral.

Foi aliás para garantir o negócio e lucro dos privados que o governo transferiu para o Regulador o poder de fixar os preços e tarifas e de os impor aos municípios que terão de os aplicar, sob ameaça de pesadas multas, violando grosseiramente a autonomia local e penalizando gravemente as populações.

Aumentos que, tendo em vista o negócio do lixo e a valorização das empresas da Águas de Portugal (AdP), no quadro de uma futura privatização, terão fortes repercussões na vida de milhares de portugueses, pois são cada vez mais as famílias que não conseguem pagar a factura da água e resíduos (mas também da luz, gás).

Não é por acaso que todos estes processos foram e estão a ser desenvolvidos no mais absoluto desprezo pelas autarquias, populações e trabalhadores, violando grosseiramente a lei de negociação colectiva.

Os cortes impostos nos últimos anos levaram a que hoje o número de trabalhadores seja insuficiente para dar resposta às necessidades e a uma crescente precarização com a contratação de trabalhadores temporários.

A privatização da EGF e a reestruturação das águas, provocará ainda mais exploração laboral: aumento da mobilidade entre empresas; aumento do horário de trabalho com a imposição dos bancos de horas e adaptabilidades; aumento da flexibilidade e polivalência; degradação de salários e das condições de trabalho, destruição de acordos de empresa e da contratação colectiva.

EXIGIMOS

- **a defesa dos postos de trabalho;**
- **a contratação de mais trabalhadores, garantia indispensável para um serviço público de qualidade;**
- **o fim da precariedade, afirmando o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo efectivo;**
- **o aumento dos salários e o direito à carreira profissional;**
- **a valorização da negociação colectiva;**
- **o respeito pelos acordos de empresa existentes;**
- **a harmonização no progresso das condições de trabalho em todas as empresas do grupo AdP/EGF.**

CONCENTRAÇÃO

7 Julho 10h Lg. Camões LISBOA



Comissão
Trabalhadores
EPAL

Junho 2015

Lutar por uma política de água e resíduos determinada pelo interesse das populações e por razões ambientais e não pela procura do lucro.